



Anais da Assembléia

Nº 112

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE OUTUBRO DE 1.978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 1.978.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, secretariada pelos Senhores Deputados Manoel Gaona e Ivan Rüppel.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Nilso Sguarez, Otássio Pereira e Trajano Bastos (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Quielse Crisóstomo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja colocado em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 148/78, que determina o traçado da estrada que liga o Município de Cascavel ao Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1978,

(a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 155/78, que doa próprio do Estado à Associação Comercial e Industrial de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1978.

(a) Wilson Fortes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, regime de urgência, para o Projeto de Lei n.º 156/78, que institui o Sistema de Proteção ao Meio Ambiente contra qualquer agente

poluidor ou perturbador e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 5 de outubro de 1.978.

(a) Ezequias Losso.

O SR. PRESIDENTE (Quielse Crisóstomo) — Está finda a leitura do expediente.

Côncedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os jornais de hoje estão divulgando, como acontece todos os dias neste País, mais dois aumentos de produtos que vêm afetar diretamente o consumidor e, conseqüentemente, o custo de vida. E eles são: o óleo de soja e a carne.

Segundo análise procedida por capacitados elementos da ADOC, Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor, o critério adotado para o tabelamento de carne, fixando apenas o percentual de lucro, sem fixar-se o preço final do produto, não foi dos mais felizes. Como, aliás, acontece com esta política adotada pelo Governo.

Alegam os representantes dos consumidores, que os próprios intermediários teriam interesse em adquirir a carne por preço mais elevado. Porque, se adquirirem, por exemplo, um determinado peso de carne, cujo preço normal seria de um mil cruzeiros, e eles pagariam por esse peso o preço de um mil e duzentos cruzeiros, mediante um lucro pré-estabelecido de cinquenta por cento, terão, então, seiscentos cruzeiros de lucro, ao invés de apenas quinhentos, se comprassem a carne mais barata.

Isso tudo sem falar nos casos de notas frias, ou notas suínas, como já foi denunciado nesta Assembléia Legislativa, quando entram em jogo outros interesses que, somados, irão prejudicar ainda mais o consumidor.

Por outro lado, os derivados de soja que deveriam obedecer um tabelamento baseado na garantia do preço mínimo dado ao produto, sobe todo momento com a fixação apenas do preço final, como ocorreu neste início de mês.

E no caso do soja é sobejamente conhecido que o seu preço varia de conformidade com o interesse das multinacionais. Vale dizer, do capital estrangeiro adotado para estabelecer um critério econômico no País. O seu preço sobe quando elas desejam que os produtos internos tenham seus preços majorados também. E o preço cai quando elas têm interesse na exportação do produto para os países de origem.

Se o critério adotado para o tabelamento da carne e dos derivados do soja fosse invertido, por incrível que possa parecer, cremos que resultaria em maior benefício aos consumidores e também para os produtores, pois a eles interessa apenas que seja fixado apenas o preço final da carne e assegurado um preço mínimo mais condizente para a produção do soja.

Todavia, como se trata de assunto sério e de interesse nacional, rogamos às nossas autoridades que dêem a atenção devida ao assunto, e reestudem mais acuradamente o problema, cuja solução interesse a todos os brasileiros.

Sr. Presidente, buscando contribuir para solucionar esse problema, encaminho à mesa, o requerimento vazado nos seguintes termos e pela súmula que adiante vou declinar: (Lê)

REQUERIMENTO

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíss-

simos Srs. Ministro da Agricultura, Superintendente do CIP e da SUNAB, solicitando-lhes sejam invertidos os critérios para tabelamento da carne e dos derivados do soja, ou, reestudados os critérios atuais, a fim de beneficiar os produtores do soja e os consumidores de ambos os produtos.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os jornais de hoje estão divulgando, como acontece todos os dias em nosso país, mais dois aumentos de preços de produtos que vem afetar diretamente o consumidor e, conseqüentemente, o custo de vida: óleo de soja e carne.

Segundo análise procedida por capacitados elementos da "ADOC" — Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor o critério adotado para o tabelamento da carne, fixando apenas o percentual de lucro, sem FIXAR-SE O PREÇO FINAL DO PRODUTO, não foi dos mais felizes.

Alegam os representantes dos consumidores, que, os próprios intermediários teriam interesse em adquirir a carne por preço mais elevado, pois, se adquirem, por exemplo, um determinado peso de carne cujo preço normal seria de Cr\$ 1.000,00, pelo preço de Cr\$ 1.200,00, mediante um lucro pré-estabelecido de 50% terão Cr\$ 600,00 de lucro, ao invés de apenas Cr\$ 500,00, se comprassem a carne mais barata.

Isso tudo, sem falar nos casos de "notas frias", ou "notas suínas", como já foi denunciado nesta Assembléia Legislativa, quando entram em jogo outros interesses que, somados, irão prejudicar ainda mais o consumidor.

Por outro lado, os derivados do soja, que deveriam obedecer um tabelamento baseado na garantia do preço mínimo dado ao produtor, sobe a todo momento, com a fixação apenas do preço final, como ocorreu neste início de mês.

No caso do soja, é sobejamente conhecido que seu preço varia de conformidade com o interesse das multinacionais. Seu preço sobe quando elas querem que os produtos internos tenham seus preços majorados. Seu preço cai, quando elas têm interesse na exportação do produto para seus países de origem.

Se o critério adotado para o tabelamento da carne e dos derivados do soja fossem invertidos, por incrível que possa parecer, cremos que resultaria em maior benefício aos consumidores e também aos produtores, pois a eles interessa apenas que seja fixado o preço final da carne e assegurado um preço mínimo mais condizente para a produção do soja . . .

Todavia, como se trata de assunto muito sério e de interesse nacional, rogamos às nossas autoridades que dêem a atenção devida ao assunto e reestudem mais acuradamente o problema, cuja solução interessa a todos os brasileiros."

Senhor Presidente, é inadmissível que estando há 3 meses atrás, o preço da carne tabelado entre 40 e 50 cruzeiros, hoje, o contra file está custando Cr\$ 80,00 e ainda não encontra, num país onde existe farta produção de alimentos, onde as grandes empresas internacionais, as multinacionais, estabeleceram, na Amazônia legal as grandes fazendas que estão produzindo milhares e milhares de cabeças de gado bovino e que pressionaram, segundo informações, pressionaram o Governo para inventar a peste suína para ter dupla vantagem. A vantagem de diminuir o consumo da carne suína, para diminuir o consumo dos produtos derivados da carne suína da suinocultura e em conseqüência, elevar o consumo da carne bovina, daria duplo resultado, pelo seguinte: porque, faltando carne suína, aumentaria o consumo da carne bovina. Em conseqüência, haveria também uma elevação nos preços e por outro lado, tendo um preço básico a nível de produtor, um preço mínimo, um preço menor, um preço aquém do desejável, do produtor do suíno. Evidentemente que as grandes empresas que lidam no setor, que produzem ou que transformam os produtos, industrializaram os produtos da suinocultura, haveriam de ter um

preço muito mais vantajoso e, com conseqüência, os frigoríficos continuariam vendendo os produtos manufaturados, industrializados, por um preço elevado. Quem suportaria esse desgaste, esse prejuízo, haveria de ser como está ocorrendo, o suinocultor.

E, por conseguinte, as grandes empresas que se beneficiaram para implantar fazenda através do incentivo fiscal, como as grandes empresas multinacionais, haveriam de ter também, uma vantagem enorme na elevação dos preços.

É por isso que estou endereçando — já finalizando a minha passagem por esta tribuna — este requerimento, porque não se entende mais nada neste País, onde a gasolina custa para o Governo Cr\$ 3,10, vende-se ao consumidor a Cr\$ 8,60 e a mesma coisa está ocorrendo com os produtos alimentares e principalmente os produzidos através do controle das multinacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE — (Quielise Crisóstomo) Não havendo mais oradores inscritos, consultamos a liderança do MDB se deseja ocupar o espaço que lhe é destinado. (Declina).

Consultamos a liderança da ARENA se deseja fazer o uso da palavra. — (Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 175/77, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Londrina, com sede e foro na cidade de Nova Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 175/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA LONDRINA", com sede e foro na cidade de Nova Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 65/78, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Goioerê, com sede e foro na cidade de Goioerê. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 65/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GOIOERÊ", com sede e foro na cidade de Goioerê.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Ezequias Losso, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 92/78, que declara de utilidade pública o Lar Betel, com sede e foro na cidade de Nova Esperança. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 92/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o "Lar Betel", com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de setembro de 1978.

(aa) Augusto Carneiro — Presidente

Ezequias Losso — Relator

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo a criação de uma agência do referido estabelecimento de crédito na cidade de Cambira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 170/77. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime para o Projeto de Lei n.º 101/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à empresa paranaense "Indústria Todeschini S/A" localizada em Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um posto de serviço telefônico interurbano na localidade de Virmond, Município de Laranjeiras do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Gaona, constante do expediente do Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de ser extinta a exigência do exame psicotécnico em nosso Estado para expedição da Carteira de Habilitação de Motorista Amador. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine o aceleração do programa de eletrificação rural no Município de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, consubstanciado em apelo no sentido de que seja determinado através daquela Pasta, a instalação de uma Sub-Delegacia Policial no Distrito de Imbaú (Cirol), Município de Telêmaco Borba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de apelo no sentido de ser determinada através daquela Pasta, a instalação de dois postos policiais, um no Conjunto Residencial Mercúrio e outro no Bairro do Jardim das Américas, em nossa Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação e Cultura e Diretor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja determinada a construção de um colégio estadual, para funcionamento da 5.ª a 8.ª série, no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja determinada a cria-

ção da 5.ª a 8.ª série do 1.º grau, período noturno, em uma das escolas localizadas no Bairro do Pinheirinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja determinada a reconstrução de duas salas de aula no Grupo Escolar de Faxinal de São João, em Guaraniaçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, em forma de apelo, no sentido de ser determinada a instalação de um posto telefônico no Distrito de Rio do Salto, Município de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Grupo Independência de Alcoólicos Anônimos - "A.A.", pela passagem de seu 10.º ano de Fundação nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Rotary Club de Morretes, pela Campanha Escolar do Combate à Verminose. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de ser determinado a suspensão do exame psicotécnico para exame de Carteira de Habilitação de Motorista Amador. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Instituto de Arquitetos do Brasil, pela realização do 4.º Encontro de Arquitetos do Cone Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro dos Transportes, Diretor Geral do DNER em Brasília, e demais autoridades, no sentido de que sejam colocados a cada cinco quilômetros, em toda a extensão de estradas oficiais, tanto estaduais como federais, de preferência em locais bastante visíveis, uma sucata de veículos sinistrados em acidentes rodoviários. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 127/78, 137/78 e 138/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Fazenda e Superintendente da SUNAB, solicitando seja mantido o preço do pão de água ao nível do tabelamento fixado para o pão francês. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 12/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 147/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 128/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de ser determinado à Direção do Banco do Estado do Paraná S/A., a instalação de uma agência do referido estabelecimento bancário na sede do Município de Nova Olímpia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine estudos visando disciplinar o uso de defensivos agrícolas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a remessa de cópias às autoridades para conhecimento das condições em que se está realizando a comercialização de suínos no Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo estudos para a inclusão no Plano Rodoviário Estadual, da estrada que interliga a PR-473 à PR-182, passando por diversas localidades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, encarecendo informações sobre o modo como se processará a ratificação dos Títulos de Propriedades expedidos pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao erudito escritor paranaense, Professor Pedro Ricardo Doria, pela edição de sua obra "Energia no Brasil e Dilema do Desenvolvimento". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Rede Globo de Televisão, pela apresentação no programa "Globo Repórter", da excelente reportagem que reproduz fielmente a dramática extinção das baleias, em nosso País. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 120/74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo seja aprontada mensagem propondo aumento de vencimentos aos funcionários públicos do Estado, a partir de 1.º de janeiro de 1979. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 116/77. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 157/78 — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 162/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 155/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 148/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a diretores de Televisão, encarecendo-lhes um esforço comum, no sentido de evitar-se que a propaganda e "trailers" de filmes e espetáculos que apresentem cenas de terror, sexo ou violência, sejam divulgadas durante a exibição de programas infantis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 156/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Agricultura, Superintendente do CIP e da SUNAB, encarecendo-lhes sejam invertidos os critérios para tabelamento da carne e dos derivados do soja. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em nome do Poder Legislativo, em forma de apelo, no sentido de que sejam concedidos os benefícios e reivindicações à classe do magistério paranaense. — **Aprovado.**

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo). — Pela ordem, concedo a palavra ao líder da Aliança Renovadora Nacional, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Solicito de V. Ex.ª, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Quielise Crisóstomo). — Deferido. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

5 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 141/74, 106/77, 24, 36, 41, 42, 48, 49, 60, 63, 74, 82, 96/78 e de Resolução n.ºs 56 e 72/78.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 55/77, 107/77, 108/77, 167/77, 54/78, 73, 93, 94, 97, 98 e 120/78.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 161/77, 180/77, 26/78, 30, 55, 85, 90, 91, 95, 99, 101/78 e de Resolução n.ºs 36, 45, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 98, 105, 62, 63, 64, 67, 79 e 80/78.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 142/76, 11/78, 22, 44, 78, 110, 122, 123, 127 e 129/78.

Levanta-se a sessão.